

Cristiano Aguiar Lopes

Consultor Legislativo da Área XIV (Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) da Câmara dos Deputados. Mestre em Comunicação pela UnB, Doutorando em Ciência Política pelo IESP/UERJ.

Não mate o mensageiro – a internet e os protestos no Egito e no Brasil

Resumo

Este artigo analisa o papel desempenhado pela internet nos protestos ocorridos recentemente no Egito e no Brasil. A partir das semelhanças e diferenças entre os dois movimentos políticos, o texto explora a utilização da internet como instrumento para a superação de desafios temporais e espaciais, e sua capacidade de ampliação da participação política. Contudo, trazemos uma abordagem parcimoniosa sobre esta nova ferramenta, na qual observamos que, ainda que ela influencie positivamente indicadores de participação política, está ainda longe de se tornar um mecanismo capaz de superar as estratégias tradicionais de mobilização e ativismo político. O trabalho conclui que, sem a ancoragem de um movimento social mais amplo, a internet tem pouco a acrescentar à realidade política.

Palavras-chave

Internet, protestos, ativismo político, movimentos sociais.

Abstract

In this article, we analyze the role of internet in the protests that recently took place in Egypt and Brazil. Based on similarities and differences of both political acts, we assess how internet has been used as a tool to overcome spatial and temporal challenges, and to magnify political participation. However, we adopt a critical approach regarding this new tool. Although there is evidence that internet has positive effects on political participation, it is not capable of surpassing traditional strategies of political activism. In its conclusion, this work shows that without the support of a broad social movement, internet has little influence in the political arena.

Keywords

Internet, protests, political activism, social movements.

Introdução

Nos últimos dias de janeiro de 2011, um movimento aparentemente espontâneo, não previsto por qualquer analista político, eclodia nas ruas do Cairo. Milhares de pessoas tomaram as ruas da cidade, e tinham na Praça Tahrir o seu principal ponto de encontro. O alvo era Muhammad Hosni Mubarak – ou simplesmente Mubarak, forma pela qual o ditador era mais conhecido no Ocidente. Após mais de 30 anos no poder, o déspota egípcio se via à beira de um precipício. Os manifestantes – a maior parte deles jovens que cresceram em um Egito no qual a circulação de informações fluía de maneira mais livre que no passado, e no qual as trocas com o Ocidente eram cada vez mais intensas – clamavam por um País diferente. As pautas das ruas eram as mais dispersas, ao contrário do que mostrava o noticiário internacional. Não era apenas democracia. Não era apenas modernidade. Não era apenas igualdade. O que os jovens egípcios pediam era “algo diferente de tudo o que está aí”. E o que “estava aí” era Mubarak, o único vilão consensualmente escolhido na revolta.

O ex-presidente egípcio já estava acostumado com protestos. Ainda que o Egito vivesse, oficialmente, sob uma ditadura, existia uma “liberdade controlada” para a expressão das oposições. A Praça Tahrir, que tanta visibilidade ganharia depois daquele início de 2011, era o principal ponto de encontro dessas oposições. Lá, as manifestações ocorriam frequentemente, às vezes mais de uma vez por semana. Porém eram grupos pequenos, com insatisfações diversas, que ainda não haviam se unido para um movimento político maior e mais organizado. Apenas em janeiro de 2011 houve as condições sociais propícias para que essa união dos insatisfeitos ocorresse – condições essas que incluíram, por certo, uma crescente deterioração da situação econômica egípcia. Mas que incluíram também um novo e poderoso instrumento de circulação de informações, que permitiu a transmissão eficiente de informações sobre onde e por que ocorreriam os protestos contra Mubarak: a internet (HUSSAIN e HOWARD, 2013). Era por meio das redes sociais, tais como Twitter e Facebook, que as informações sobre onde e quando ocorreriam os protestos eram divulgadas. A rapidez com que as informações fluíam era notável, bem como a sua abrangência. Poucas horas era o suficiente para que todo o Cairo soubesse sobre uma nova manifestação e se dirigisse ao ponto de encontro: quase sempre, a Praça Tahrir.

Incapaz de lidar com essa nova situação – a repressão policial parecia não fazer efeito, e na verdade as forças de segurança egípcias já manifestavam certa simpatia pelos manifestantes –, Mubarak partiu para um gesto de certa forma previsível para quem não consegue diagnosticar a real causa de seus problemas: matou o mensageiro. À meia noite e 34 minutos do

dia 28 de janeiro de 2011, no horário local, foi realizado um desligamento simultâneo de todas as rotas de rede do Egito, que ligavam os dez provedores locais ao resto do mundo. Mas os impactos foram desastrosos. Não se estava cortando a internet de uma pequena cidade, ou de um pequeno país. Tratava-se de uma nação com 81 milhões de habitantes, com PIB de aproximadamente US\$ 500 bilhões e economia integrada ao mercado internacional. Naquele dia, aviões não pousaram nem decolaram, importadores não importaram, exportadores não exportaram. Apenas a bolsa de valores operou, já que o provedor exclusivo para o mercado de valores foi o único poupado. Mas os protestos, ao contrário, ganharam ainda mais força. A internet já tinha cumprido seu papel inicial de instrumento para a circulação de informações. A agregação de vontades já estava realizada, as pessoas continuavam nas ruas e novas formas de comunicação – que iam dos SMS em celulares aos panfletos espalhados pelas ruas – substituíram o Twitter e o Facebook com certa facilidade. A estratégia de Mubarak havia sido um fracasso, e ele terminaria por cair apenas alguns dias mais tarde.

Pouco mais de dois anos depois, em junho de 2013, o longínquo Brasil via uma história similar acontecer. No dia 6 daquele mês, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, o Movimento Passe Livre (MPL) realizava uma manifestação com aproximadamente 150 pessoas, segundo contagem do *O Estado de São Paulo*¹. A pauta das manifestações, inicialmente, era bastante simples: a redução dos valores das tarifas do transporte público na capital paulista.

Nas manifestações seguintes, os Comitês Populares da Copa espalhados pelas cidades-sede da futura Copa do Mundo de 2014 também estiveram presentes. O mês de junho passava e os protestos se espalhavam pelo Brasil. No dia 18, os manifestantes já tomavam as ruas de 12 capitais, além de outras 400 cidades no interior. Até que chegou o dia 20 de junho, e com ele uma incrível demonstração de força dos mais de 1,2 milhão de pessoas que participavam, país a fora, dos mais intensos protestos do século XXI no País. Foi também o dia, ou melhor, a noite mais violenta. A presença dos Black Bloc - que apesar de serem usualmente apresentados como um grupo são na verdade apenas aqueles que aplicam uma tática, a do protesto violento contra o capitalismo, o Estado e as suas estruturas de poder – foi um catalizador para a depredação de diversos bens, públicos e privados. Foi nesta noite que ocorreu o famigerado e chocante ataque ao Palácio do Itamaraty, que se tornaria um malfadado símbolo das revoltas de junho de 2013. Nas redes sociais da internet, a mobilização foi

¹ A revolta do gás lacrimogêneo (em sete capítulos). Matéria publicada no *O Estado de S. Paulo* em 23 de junho de 2013, p. A14.

igualmente impressionante. Nesse dia 20, os dois primeiros *trendingtopics* mundiais do Twitter foram o #vemprarua e o #ogiganteacordou, que juntos fizeram parte de quase 500 mil mensagens veiculadas no microblog.

No dia seguinte, o MPL, organização à qual se pode creditar a paternidade das revoltas de junho, anunciava o fim da sua participação nos protestos. Não apenas em São Paulo, mas também em diversas outras cidades do País, os governos locais haviam decidido revogar os aumentos nas tarifas dos transportes públicos. Além disso, o que se via nas ruas era algo muito mais amplo, mas também muito mais amorfo, com reivindicações as mais diversas possíveis. O MPL já havia “perdido a mão” do movimento e a escalada da violência ameaçava contaminar negativamente a sua luta.

Mas o que exatamente transformou uma passeata de pouco mais de 150 pessoas, originada de uma simples queima de catraca realizada por alunos de uma escola pública paulistana no mês anterior, em um fenômeno social que colocou milhões de pessoas nas ruas? Alguns, mais apressadamente, viram no Brasil um eco tardio daquilo que ocorrera no Egito e no mundo árabe. A interpretação destes analistas enaltece a utilização da internet, especialmente das redes sociais, como elemento mobilizador que teria possibilitado a organização necessária para a eclosão do fenômeno. Fazem, assim como Mubarak, uma leitura social precipitada, que também vê no meio a própria mensagem, no canal de propagação o próprio ator político. De certa forma, ao se depararem com um fato histórico ainda pouco entendido, miram suas armas na internet, exatamente como fez o ex-líder egípcio. E assim escolhem o alvo errado.

Nesses 20 anos de internet no Brasil, apenas a partir de junho de 2013 foi possível notar, de maneira mais intensa, a utilização dessa plataforma como elemento de comunicação e mobilização para protestos de rua. Mobilizações localizadas já haviam sido convocadas via internet antes, é verdade. Mas foi naquele junho de 2013 que, pela primeira vez, a internet ganhou tanto protagonismo na organização e no sucesso dessas manifestações. E essa utilização da rede para mobilizações políticas, desde então, tornou-se mais frequentes e bem sucedidas, como pudemos recentemente, nos protestos contra o governo Dilma que ocorreram em todo o País. Ao mesmo tempo, contudo, pudemos observar que não apenas os mecanismos de mobilização, mas os próprios protestos em si foram muito diferentes dos que haviam ocorrido apenas pouco mais de uma década antes, quando os cara-pintadas tomaram as ruas para pedir o impeachment então presidente Fernando Collor. Desta vez, os sindicatos não estavam presentes, os poucos partidos que tentaram se integrar foram escoraçados, os movimentos sociais, ainda que estivessem presentes,

não conseguiram qualquer protagonismo. Havia uma insatisfação muito maior, não direcionada apenas a uma determinada figura política ou a um grupo político no poder, mas à própria política em si, o que redundou em uma rejeição a qualquer elemento representativo da política – especialmente os partidos. Eram, literalmente, movimentos sem liderança, com indivíduos que se relacionam com a política de maneira completamente distinta da que caracterizou gerações anteriores. Portanto, para além da internet, existe uma diferença geracional bastante evidente, que se expressa pela grande rede, mas que vai muito além dela.

A história se faz nas ruas

Mas se mudanças existem na política, há certos traços que parecem imutáveis. Na história política, nada foi capaz, ainda, de substituir a presença das pessoas nas vias públicas. Seja na Praça Tahrir em 2011, seja nas jornadas de junho de 2013 no Brasil, os protagonistas dos movimentos populares foram, pela ordem, o povo e as ruas. Não significa menosprezar o ativismo online. O hacktivismo, as mobilizações via Avaaz ou o simples compartilhamento de causas via Facebook ou Twitter têm, por certo, um papel cada vez mais importante na política do século XXI. A internet, com sua capacidade de superar desafios temporais e espaciais, consegue ampliar a participação política para além dos limites geográficos do Estado, agregando populações mundiais a causas de apelo global de maneira instantânea ou quase instantânea. Mas a força da agregação física, com a união em um mesmo espaço geográfico de pessoas, ainda é uma manifestação de poder privilegiada. Mais valem 100 mil pessoas na rua do que 100 milhões clicando curtir.

Mas é difícil não se deixar seduzir por esse poder aparentemente avassalador da internet. Curiosamente, contudo, esta sedução é deveras recente. No seu início, se temia que ela fosse exatamente o oposto do que majoritariamente se pensa hoje – teríamos, para os daquele tempo, uma incrível máquina de atomização, tornando os seres cada vez mais individualistas e encapsulados. Castells (2003), por exemplo, ressalta que os debates no início da utilização comercial da internet, ainda antes da sua difusão, deixavam clara uma preocupação com a possibilidade de que as novas tecnologias de comunicação a surgir aumentassem o isolamento social. Faltavam, contudo, as evidências empíricas, já que tudo não passava de uma especulação sobre uma plataforma tecnológica que ainda se firmava. E os rumos que a internet tomou dali em diante foram muito distintos dos previstos inicialmente – se na internet 1.0, a experiência máxima de interação eram os frios e distantes chats, a Web 2.0, capitaneada por redes sociais como Facebook

e Twitter, mostrava-se uma plataforma de ricas possibilidades de interação e, conseqüentemente, de coesão social.

Assim, quando as evidências empíricas da Web 2.0 vieram, o que se viu foi o oposto da atomização. Shahet al. (2005), por exemplo, a partir de dados de duas pesquisas de abrangência nacional realizadas nos Estados Unidos, mostram que a internet é capaz de impulsionar a discussão política, por meio de fóruns, blogs e outros, além de estimular a formação de grupos de luta por direitos civis com mobilização online, contribuindo assim para uma ampliação da participação cívica. Jennings e Zeitner (2003), por sua vez, também com base em pesquisas empíricas, detectaram um aumento na formação de grupos de voluntariado. A pesquisa levou em conta os níveis de engajamento em atividades de voluntariado antes da existência da internet, com controles por diversas características socioeconômicas dos indivíduos estudados, e concluiu que o acesso à internet era um ator que influenciava positivamente em vários indicadores de participação em ações do tipo.

Parece que estamos desdizendo tudo o que dissemos antes. Então Mubarak estava certo, e a internet de fato tem um poder revolucionário? Uma leitura rápida de autores utópicos, que veem na grande rede uma solução para a maior parte dos problemas políticos atuais, poderia nos levar a esse falso caminho. Para esses autores, a internet estaria “superando uma divisão erguida no mundo mecânico da era industrial”, representando a “mais nova expressão da liberdade humana”. Mas é preciso colocar esses devaneios para trás e nos centrarmos nas evidências empíricas. E, nelas, vemos que o a internet, ainda que influencie indicadores de participação política, ainda está bastante longe de substituir ou de superar os mecanismos tradicionais de mobilização e ativismo político. É o que demonstram Jennings e Zeitner (2003): ainda que, em seu estudo, apresentem indícios positivos sobre a influência da internet no ambiente político, os autores ressaltam várias falhas nos estudos dessa área. Dentre elas, destacam a atenção insuficiente dada a diferenças geracionais, a disseminada inexistência de controles por fatores socioeconômicos, a insuficiência de dados sobre a conexão entre manifestações políticas na internet e movimentos sociais pré-existentes e o modo como os conteúdos da internet se integram ao repertório de mídia tradicional disponível à população.

O ponto, portanto, não é negar que a internet está mudando a política. Na verdade, o questionamento está na extensão deste fenômeno. E ao fazermos esta simples alteração de rota, voltamos aonde tudo começou: tentar entender as formas como as mídias têm alterado a política, algo que tem seu início no longínquo século XIX, mas é um elemento com força mais intensa apenas a partir da segunda metade do século XX.

“A mídia é um mal do século, que está erodindo a identidade de comunidade”. Este pensamento lembra, em grande medida, a opinião dos “apocalípticos” citados por Castells (2003) no início da internet. Mas na verdade, é extraído de Bogart e Orenstein (1965), e o alvo era a televisão ainda incipiente no mundo político. A história dos estudos sobre mídia e política desta época, que em pouco tempo vão de uma profunda descrença no papel político da mídia à euforia dos integrados, que veem nos meios de comunicação um pilar da democracia contemporânea, está em grande medida se repetindo agora, quando falamos da internet. Mas os tempos são outros, e a voz dominante hoje é a de que as sociedades contemporâneas são centradas na mídia – os integrados venceram os apocalípticos. Na modernidade, existe uma crença de que as mídias, nos países ocidentais, seriam onipresentes e ilimitadas. Não haveria como escapar da força da torrente das mídias – suas mensagens, transmitidas pelas mais diversas plataformas, atingiriam o conjunto da sociedade, influenciando o seu estoque de informações e, por consequência, o seu repertório de comportamentos. Na contemporaneidade, a ponta de lança deste fenômeno seria a internet, que vem se transformando para grande parte da população – especialmente a mais jovem – na sua principal fonte de formação política.

Internet, mídia tradicional e centralidade da mídia

Em tempos de tanta euforia tecnológica, é necessário um retrocesso estratégico, a fim de compreendermos com mais rigor científico as diversas facetas das interações entre a internet e processos políticos mais amplos. Esta cautela nos revela ao menos dois fatos interessantes, que não podem ser menosprezados nesta seara. Em primeiro lugar, a internet não matou a mídia tradicional, ao contrário do que muitos, erroneamente, previram. Há, na verdade, uma crescente confluência de meios, com plataformas cada vez mais integradas e menos diferenciáveis – ainda que o jornal, o rádio, a televisão e outros meios tradicionais de comunicação persistam existindo, de maneira bastante identificável e ainda longe de sua extinção. Ademais, as práticas jornalísticas e as fontes de informação confiáveis parecem ter mudado pouco após o surgimento da internet. Em suma: meios tradicionais de mídia, como os grandes jornais de circulação nacional, ainda são bastante influentes, e se utilizam de meios digitais como as redes sociais como novos suportes para velhos conteúdos. A credibilidade das mensagens produzidas nos modelos de redação tradicional, com todos os seus requisitos de veracidade e sua pretensa aura de imparcialidade, ainda é exponencialmente superior à experimentada por blogs,

coletivos ou outros meios, seja da autointitulada “blogosfera progressista”, seja da corrente integrante do “farol conservador”.

Dahl (1977) avalia que os meios de comunicação exercem um papel central no funcionamento dos regimes democráticos, por exercerem uma função de investigação e de publicização do desempenho dos atores políticos, conferindo assim transparência ao sistema político. É, pois, para relativizar esta ideia que esse retrocesso estratégico se impõe. Isso porque, ao contrário do que as teses sobre a centralidade da mídia nos fazem pensar, as variáveis comunicacionais da modernidade não têm primazia sobre as variáveis políticas tradicionais. A participação na política mudou, é verdade, ganhando os novos contornos advindos da comunicação mediada e, mais recentemente, de plataformas bem menos unidirecionais e muito mais colaborativas propiciadas pela internet. Mas esta é uma história que tem a ver muito menos com rupturas e muito mais com adaptações. Novas ferramentas sugeriram, o ambiente comunicacional mudou e a forma como a informação política flui na sociedade é radicalmente diferente da que tínhamos há apenas algumas décadas. Mas, do mesmo modo, as instituições tradicionais da política – os políticos, os partidos, os movimentos sociais da mais extrema esquerda à mais arraigada direita, entre outros – se adaptaram a essa nova realidade comunicativa, transformando-se e adaptando-se este novo cenário político. Em uma abordagem holística habermasiana, analisar o panorama político exige o entendimento de uma abordagem baseada na ação comunicativa (Habermas, 1984), com uma ênfase grande na forma como a capacidade comunicativa, mediada ou interpessoal, influencia na construção dos laços comunitários que são a base do exercício da política.

Assim, um ponto fundamental do desenvolvimento das teorias sobre mídia e política – a de que a complexidade crescente das sociedades modernas faz com que haja uma crescente especialização, com divisão do trabalho, interconexão e o que Giddens (1991) chama de zoneamento da vida social – pode ser apenas uma meia verdade quando se analisa a real disponibilidade de conteúdos midiáticos. Há uma tendência, baseada direta ou indiretamente nesta presunção da complexificação do campo político, para adotarmos uma linguagem bourdieuana, de que aquilo que se analisa na grande política – a política de massa, que abrange as decisões do Estado-nação que afetam todo o seu contingente populacional – pode ser transladado, sem grandes adaptações, para todos os estratos da população. De fato, já que citamos Bourdieu, a luta política é uma disputa para impor a visão de um mundo social, sob a forma de um capital simbólico de notoriedade e respeitabilidade utilizada para impor uma legitimidade à atuação política (Bourdieu, 2007). Porém, ainda que esse mecanismo

explique desde a pequena até a grande política, a existência dos meios para a construção deste capital simbólico varia enormemente.

Em termos mais acadêmicos, esta heterogeneidade de disponibilidade de mídias pode ser definida pelo conceito de “regime de mídia”. Williams e Carpini definem regimes de mídia como uma realidade histórica específica e um rol relativamente estável de instituições, normas, processos e atores que conformam as expectativas e as práticas dos produtores e consumidores de mídia. Os autores também ressaltam o fato de os regimes de mídia serem, em grande medida, moldados pela autoridade governamental. São, portanto, sempre eminentemente políticos, ainda que outras forças institucionais, como as práticas das corporações privadas, da academia, das associações profissionais, entre outros, também estejam presentes (WILLIAMS e CARPINI, 2001).

Este é um ponto cego, ainda pouco abordado nos estudos sobre a influência da internet na política: o real impacto desta plataforma nos regimes de mídia até então existentes. Ainda que seja chamada de uma “revolução”, o fato é que a internet se insere nos ambientes comunicacionais não como uma plataforma independente e revolucionária, mas, muito pelo contrário, como um novo elemento que se adiciona a uma já existente estrutura comunicacional, que integra não apenas a mídia tradicional, mas todas as outras formas não-mediadas de transmissão de informação política. Assim, qualquer análise que leve em conta, de maneira isolada, os impactos da internet na realidade política, sem antes se preocupar em entender como este meio se relaciona com o regime de mídia existente e com as instituições políticas tradicionais, tem grandes chances de exagerar sobremaneira os resultados observados. Na verdade, grande parte das mudanças que vemos na política, sobretudo em países democráticos, tem a ver com as alterações advindas também, mas não somente, da mídia e da internet. O fato é que, neste fim de século XX e início do século XXI, vimos emergir uma crise intensa nos sistemas representativos, que gerou uma série de questionamentos à própria democracia. Esta crise foi contemporânea a uma ampla reestruturação do fluxo global de informações, e correlacionar ambos os fenômenos como partes de uma estrutura de causa/consequência é bastante tentador. Mas, na verdade, estamos observando eventos intensamente imbrincados, com múltiplas relações de causa e consequência, que se inserem em um ambiente de alterações sociais muito mais profundas – as tais “alterações geracionais” às quais nos referimos anteriormente.

Conclusão

Afinal, resta ainda ao menos um questionamento: poderiam os insatisfeitos no Cairo ou o MPL em São Paulo divulgar de maneira tão eficiente,

para tantas pessoas, as pautas de suas reivindicações e as informações sobre os protestos, sem o apoio da internet? Não, por certo. E a internet teve um papel fundamental na “viralização” dos protestos. No Brasil, é inequívoco que a rede teve grande influência em um processo que foi capaz de transformar uma pauta específica, muito localizada, do Movimento Passe Livre, em uma série de protestos, que ganharam participação e, conseqüentemente, força em um espaço bastante curto de tempo. Ao mesmo tempo, contudo, aquilo que tinha uma coerência interna e, especialmente, o fator aglutinativo gerado por um movimento social bem delimitado, tornou-se uma manifestação amorfa, que tinha como única identidade um sentimento de profunda descrença com o meio político. Em meio ao estarecimento de quase todos, incluindo a classe política, mas também os cientistas políticos, um movimento incontrolável ganhava as ruas do País, escancarava uma insatisfação coletiva até então vocalizada de maneira apenas esparsa e prometia trazer profundas mudanças à política brasileira. Mas, ao contrário do que ocorrera no Egito, as manifestações brasileiras se esvaíram como fumaça, em velocidade ainda maior do que a do seu surgimento, trazendo não mais do que efeitos marginais ao ambiente político nacional.

Nas duas experiências, ficou bastante claro que, sem a ancoragem em um movimento social mais amplo, a internet pouco tem a acrescentar à realidade política. É necessário resgatar algo óbvio, mas que a euforia tecnológica às vezes torna enevoado e passível de questionamento: a internet é um mero instrumento, que pode ser utilizado de maneira mais ou menos hábil por este ou aquele grupo. Seu sucesso ou fracasso na alteração de uma realidade política está inexoravelmente determinado pela habilidade que um movimento social tem de utilizar esta nova plataforma para a disseminação e agregação de interesses e, também, pela disposição de uma sociedade em se deixar levar pela atuação dos líderes que surgem neste processo. No Brasil, este ciclo não se fechou, em grande medida devido à ausência de movimentos sociais que pudessem manter uma agregação de interesses e definir rumos possíveis de alterações no *status quo* da política, rumos estes que poderiam ser seguidos pelo restante da população. Como resultado, gerou-se uma dispersão de bandeiras, que iam da intervenção militar à convocação imediata de novas eleições: dois extremos de uma infinidade de bandeiras absurdas, inexequíveis, ao menos dentro de um panorama de estabilidade democrática e de legalidade. Já no Egito, a internet foi uma plataforma importante para dar visibilidade às reivindicações, que foram se tornando cada vez mais convergentes, até se concentrarem em uma única meta política, que poderia se tornar realidade em um único golpe, dado em uma direção determinada e com resultados muito bem divisáveis: a depo-

sição de Mubarak. O desenrolar dessa história não foi muito romântico, e terminou em um sucessor, Mohamed Mursi, que pareceu ser ainda mais desagradável à democracia do que o ex-presidente deposto. Mas isto é a política: uma arte que está muito mais ligada ao presente do que ao futuro, na qual os conflitos se dão por uma conquista imediata de poder. É uma arte que se desenrola com lógicas incrivelmente estáveis, ainda que mudem os instrumentos por meio dos quais se expressa.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Bertrand, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Zahar, 2003.
- DAHL, R. A. **Polyarchy: Participation and Opposition**. United States: New Haven, Yale University Press, 1977.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Unesp, 1991.
- HABERMAS, Jurgen. The theory of communicative action, volume I. **Boston: Beacon**, 1984.
- HUSSAIN, Muzammil M.; HOWARD, Philip N. What best explains successful protest cascades? ICTs and the fuzzy causes of the Arab Spring. **International Studies Review**, v. 15, n. 1, p. 48-66, 2013.
- JENNINGS, M. Kent; ZEITNER, Vicki. Internet use and civic engagement: A longitudinal analysis. **Public Opinion Quarterly**, v. 67, n. 3, p. 311-334, 2003.
- SHAH, Dhavan V. et al. Information and expression in a digital age modeling Internet effects on civic participation. **Communication research**, v. 32, n. 5, p. 531-565, 2005.
- WILLIAMS, Bruce A.; CARPINI, Michael X. Delli. **After broadcast news: Media regimes, democracy, and the new information environment**. Cambridge University Press, 2011.